

**Campo de resiliência: sustentabilidade e instrumentalidade
no âmbito do Serviço Social**

Ana Beatriz de Souza Cyrino¹
Heloisa Helena Correa da Silva²
Ana Claudia Ribeiro de Souza³
heloisacorrea85@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O conceito resiliência apresentado neste artigo remete a contribuição de A. Begossi (2001:205-236) ao abordar a resiliência entre as populações caiçaras da Mata Atlântica e as caboclas da Amazônia. O estudo evoca a resiliência no cotidiano dessas populações que vivem em biomas diferentes, mas, exercem a resiliência enquanto uma capacidade de resistência e superação para assegurar a continuidade de suas características culturais e ecológicas, a partir de escala organizacional com vistas à articulação com instituições para o atendimento de suas demandas sociais.

A chave heurística para desenvolver a categoria resiliência em relação ao Serviço Social encontra-se relacionada ao Projeto Ético-Político. Esta denominação foi cunhada nos anos noventa para identificar, no desenvolvimento do Serviço Social, a recusa e o enfrentamento pela crítica e denúncia ao conservadorismo profissional, como uma expressão de um projeto profissional, vinculado à luta geral da sociedade brasileira pela democracia no Brasil. (NETTO, 2006:1)

Para compor o diálogo com a categoria resiliência, elegeu-se a categoria sustentabilidade, por estar vinculada à disputa de projetos societários e à categoria instrumentalidade, por expressar no campo teórico-metodológico o viés da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social na atualidade.

A CATEGORIA RESILIÊNCIA

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Trabalha na Universidade Federal do Amazonas- UFAM, no âmbito das políticas públicas de apoio ao servidor e ao estudante; é docente no curso de Serviço Social da Uninorte/Laureate.

² Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; é professora Adjunta no Departamento de Serviço Social da UFAM, atualmente em Estágio Pós Doutoral na PUC/SP.

³ Historiadora, Mestre em História da Ciência e Doutora em História Social pela PUC/SP, Atualmente é professora doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Considera-se apropriado introduzir o cotejamento acerca dessa categoria, a partir da contribuição de C. Antunes (2009:13)

Resiliência é uma abordagem teórica de um conceito extraído da física e muito usado pela engenharia e que representa a capacidade de um sistema de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo e inalterado. Do Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa – é a propriedade de retomar à forma original após ter sido submetido a uma deformação ou capacidade de se recobrar ou de se readaptar à má sorte, as mudanças (do latim *resilientiae*, part. pres. pl. neut. de *resiliere*, “recusar vivamente”).

Depreende-se do texto acima, que o termo resiliência faz parte do vernáculo da ciência, sendo encontrado na Física e nas Engenharias, na Matemática, na Medicina, na Psicologia, na Sociologia, na Geografia, e na Biologia, entre outras áreas das mais diversas. Em relação à física pode ser reportada a 1807, quando então Thomas Young, considerando tensão e compressão, introduz pela primeira vez a noção de módulo de elasticidade (BLANDTT;2007:1-2).

Encontra-se em H. B. E. Soria (2007:2;3) a afirmação de que na epistemologia científica a resiliência emerge nas ciências exatas, havendo o próprio Thomas Young elaborado um método que ficou conhecido como Escala de Resiliência, com a finalidade de analisar o estresse causado a um corpo que tenha sofrido algum tipo de pressão, que verteu a possibilidade de utilização dessa categoria conceitual das ciências exatas para os demais campos de conhecimento.

No âmbito das Ciências Sociais e Humanas a referida categoria encontra-se associada ao desenvolvimento e crescimento humano e social, pois em H. B. E. Soria (2007:2) a mesma afirma que “é importante relacionar o conceito de resiliência como um processo com fatores e resultados resilientes proximais ao contexto, prevenção e promoção de cada realidade: unidade social e/ou indivíduo”.

No disciplina ecologia, a resiliência está associada de acordo com J. E. da Veiga (2010:11), a uma “capacidade que os ecossistemas desenvolvem ao absorver tensões ambientais, sem perceptivelmente mudar seu estado ecológico para um estado diferente”.

Ao rever os aspectos ecológico-culturais de populações neotradicionais das regiões da Mata Atlântica (caiçaras) e Amazônia (caboclos), A. Begossi (2001:206) propõe uma análise do capital cultural dessas populações à luz do conceito ecológico de resiliência. Ao analisar os comportamentos culturais dessas populações, a autora traça um paralelo entre a flexibilidade e a inércia cultural, enquanto atributos que podem influenciar a resiliência ecológica.

A flexibilidade auxiliou os seres humanos a se adaptarem e sobreviverem em diferentes ambientes, em decorrência das mudanças ocorridas no Pleistoceno. Por sua vez, a inércia cultural por ser conservadora e refratária às mudanças (como as tradições), tem consequências diferentes: (i) o comportamento cultural pode ser considerado “carga” à semelhança de carga genética, traços deletérios ou variedades mal adaptadas; (ii) em outras circunstâncias, comportamentos

culturais tradicionais podem elevar a resiliência ecológica; (iii) ou então um comportamento cultural aparentemente inútil pode não sê-lo em situações específicas.

A análise desses dois atributos, a flexibilidade e a inércia cultural, são fundamentais para as ilações finais de A. Begossi (2001:226) ao afirmar que as comunidades neotradicionais tem flexibilidade cultural e econômica:

A cultura é adaptativa porque, entre outros aspectos, é variável e flexível. A variabilidade ou, utilizando outro termo, a diversidade (genes, espécies, cultura) é a base para sobreviver e permite às comunidades se adaptarem às mudanças ambientais.

Na contribuição de A. Begossi infere-se que a resiliência ecológico-cultural, além de ser uma estratégia de sobrevivência e de manutenção de identidade para as populações neotradicionais, apresenta um forte potencial de resistência à invasão da ordem do capital nesses espaços comunitários.

1.1. Projeto Ético Político do Serviço Social e Resiliência

A abordagem apresentada por J. P. Netto (2006) acerca da construção do Projeto Ético-Político é emblemática, instiga o processo de aproximação sucessiva sobre o projeto referenciado e a categoria resiliência. De igual maneira instiga os profissionais de Serviço Social, o dizer de M. V. Iamamoto (2008a:95), sobre o necessário aprofundar das relações entre as macro-análises e as microssituações enfrentadas no cotidiano profissional.

O artigo acerca do Projeto Ético-Político reflete que no bojo da teoria social crítica, as ações humanas, individuais ou coletivas, sempre orientam para o alcance de objetivos, metas e fins para atender as necessidades e interesses de membros da sociedade, o que sempre remete a um projeto enquanto uma antecipação do que se pretende alcançar, se apropriando de valores que justifiquem a escolha dos meios para alcançar a finalidade almejada (NETTO; 2006:1).

Torna-se necessário efetuar a distinção entre dois tipos de projeto coletivo: os societários e os profissionais, pois apenas os primeiros (projetos societários), apresentam como característica o nível de amplitude e profundidade pertinente aos projetos macroscópicos, sendo que esses necessários e simultaneamente estão vinculados aos projetos de classe, ainda que refratem, em parte, determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicos etc.). Processo diferente acontece com os projetos profissionais, considerando-se que os seus projetos coletivos estão atrelados especificamente às profissões, as quais, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior (NETTO; 2006:2-3).

Denota-se ainda a importância explícita da dimensão política das relações de poder emanadas pelos projetos societários, quando J.P Netto (2006:3) afirma que a concorrência entre eles, é um fenômeno próprio da democracia política e assegura ainda que:

A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas.

Em relação aos projetos profissionais, J.P Netto (2006:4-5) adita ainda que enquanto um tipo de projeto coletivo os mesmos demandam três exigências; (i) ter na base um corpo profissional fortemente organizado; (ii) ter uma estrutura dinâmica, considerando as demandas sociais e profissionais, por isso se renovam e se modificam; (iii) ter dimensões políticas que não são elimináveis, pois se relacionam com os projetos societários (sentido amplo), além das particularidades profissionais específicas (sentido estrito).

É na atuação profissional no contexto do mercado de trabalho, imersa na dinâmica cultural do tardo-capitalismo, entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que se manifesta a resiliência no âmbito do Serviço Social, justamente porque esta tem um Projeto ético-político hegemônico, na categoria profissional que vai à contramão do projeto societário vigente, dominante; porém antagônico aos interesses da classe trabalhadora. Nesse embate J.P Netto (1996:126) afirma que emerge o confronto de dois paradigmas profissionais, como segue:

O técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada.

Está posta a base do cotejamento na literatura pesquisada, para propor a pertinência entre a categoria resiliência considerando que a mesma detém características essenciais aos projetos societários sendo flexíveis e a reação ao conservadorismo por intermédio da vertente teórico-profissional de influência marxista e direção social estratégica, através de projeto ético-político do Serviço Social.

2 – SUSTENTABILIDADE E INSTRUMENTALIDADE: CAMPO DE RESILIÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL

No campo de resiliência entre o projeto do tardo-capitalismo (projeto societário) e o Projeto Ético-Político do Serviço Social (projeto profissional hegemônico), a categoria sustentabilidade é abordada no contexto das macroanálises da dinâmica contraditória onde se engendra a prática social, enquanto que instrumentalidade refere-se às microssituações, ao modo, de como a profissão reage às contradições postas diante da prática profissional.

Para fundamentar o debate acerca da sustentabilidade, as autoras recorrerem a (FERREIRA;1998), para inferir que, a categoria em referência não pode ser deslocada do contexto de produção da ordem do capital, e dos embates políticos embutidos na correlação de forças na luta pela hegemonia do poder; em

face, os diversos processos civilizatórios empreendidos pelo modo de produção capitalista.

Faz-se necessário para o exercício da sustentabilidade, uma ruptura de paradigma com as representações dominantes sobre o desenvolvimento. Em que termos? Criando-se as condições necessárias para ultrapassar a dicotomia instaurada entre natureza e sociedade, como meio de conciliar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social. (FERREIRA; 1998).

Assim, sustentabilidade é entendida como um processo de mudança, onde a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos do desenvolvimento econômico, social e político, bem como, as mudanças institucionais se interagem, e estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras. (FERREIRA; 1998).

Portanto, a compreensão da crise sistêmica que envolve toda a estrutura da ordem do capital, pois é em função dessa crise que ocorrem “alterações profundas, quer no plano econômico objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideossujeivo do reconhecimento de pertença de classe” (NETTO; 2012:426). É fundamental que também se compreenda a resiliência no âmbito da sustentabilidade.

Esses elementos, das expressões macrossocietárias, são a mola propulsora de uma engrenagem que emana demandas sociais. As mesmas que impõem ao Serviço Social, uma demanda profissional no que concerne ao enfrentamento da questão social de nível de um profissional intelectual, como condição para consolidação da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social.

A mencionada demanda profissional encontra suporte com L. Freire (2006) e Y. Guerra (2007) na categoria instrumentalidade, enquanto capacidade, propriedade, adquirida no exercício profissional; expressão teórica metodológica e ético-político da profissão, como um conjunto de respostas profissionais a objetivar sua intencionalidade; assim os profissionais de Serviço Social, modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes no nível do cotidiano da realidade social. Sendo nesse nível, o do cotidiano, que as autoras percebem, as aproximações entre sustentabilidade e instrumentalidade, que no âmbito do Serviço Social se tornam resilientes.

E é neste nível, conforme argumenta M. das G. e Silva (2010), que essa resiliência passa a ter visibilidade, quando o capital contraditoriamente, ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da questão ambiental, se empenha em atenuar as manifestações da questão social.

Propõe-se um paralelo com os resultados do estudo de A. Begossi (2001), considerando a dimensão política do trabalho do profissional, o habilita a se apropriar da categoria resiliência no Serviço Social.

Entre os caiçaras e caboclos, nos resultados aferidos por A. Begossi (2001), em três dos quatro indicadores pesquisados: (i) conhecimento local; (ii) agricultura, animais e plantas; (iii) tecnologia, há vários aspectos interessantes em comum.

O mesmo resultado não pode ser reproduzido com a mesma intensidade em relação ao quarto indicador da pesquisa, que se refere ao direito de

propriedade e instituições. Em relação a esse aspecto A. Begossi explica que “A habilidade dos caboclos em lidar com diferentes grupos da sociedade, como políticos, cientistas e agentes governamentais permite que eles ‘inovem’” (2001:227).

Nesta habilidade inovadora identificada por A. Begossi (2001:230) se encontra na dimensão política da organização social dos caboclos, que são os seringueiros, e é identificada materialmente como:

As reservas extrativistas constituem uma inovação e um mecanismo para o manejo local de recursos, e seu conceito inclui preocupações com as diversidades biológica e cultural, assim como o acesso e a equidade no uso de recursos pelos comunitários.

Ao abordar os projetos coletivos, J.P Netto (2006:5) ressalta, que assim como os projetos societários, os projetos profissionais têm dimensões políticas não elimináveis, ou seja, há um imbricamento em sentido amplo e estrito entre eles, o que corrobora para um campo de tensão e de luta, ou seja, o campo de resiliência, haja vista que a natureza de cada um é diametralmente oposta ao outro.

Nesse campo de resiliência, M. V. Iamamoto (2008b: 122) indica que “a prática profissional tem um caráter essencialmente político”. O Serviço Social se institucionaliza como profissão, marcado pela contradição fundamental do modo de produção capitalista: a luta de classe. É cooptado pelo poder dominante nos anos 60 do século XX, mas, rompe em decorrência de um embate político, onde a flexibilidade e a inércia cultural foram essenciais para o antológico Congresso da Virada em 1979 e continuam ainda sendo, mesmo com a conquista das mudanças na legislação (Lei de Regulamentação da profissão e o Código de Ética) e as Diretrizes para os cursos de Serviço Social, como uma estratégia para romper com o conservadorismo profissional.

Afinal, esse campo de resiliência é caminho de superação do presente, como afirma M. Iamamoto (2008b:98), como fonte alimentadora da construção do futuro, em uma sociedade onde indivíduos sociais possam ser livres, autônomos e emancipados do jugo do tardo-capitalismo.

À Guisa de Conclusão.

Considera-se com o que foi anteriormente discutido se permitiu identificar no âmbito do Serviço Social alguns elementos que sustentam o campo de resiliência entre a sustentabilidade ambiental e a instrumentalidade profissional.

Apresenta-se que a sustentabilidade está vinculada ao projeto societário hegemônico do tardo capitalismo, e a instrumentalidade é uma estratégia da vertente teórico-profissional do Projeto Ético-Político, na luta contra o conservadorismo no Serviço Social, com potencial de resistência ao desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. Resiliência a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade. Fascículo 13. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (mata atlântica) e os caboclos (Amazônia Brasil), in: Diegues, A.C., Moreira, A.C.C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPALB, USP. 2001.
- BLANDTT, L. da S. A resiliência e as desigualdades sociais: metodologias de pesquisa qualitativa na inserção ecológica. Jornada Internacional de Políticas Públicas: São Luís, 2007.
- FERREIRA, L. C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FREIRE, L. M. B. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GUERRA, Y. D. "A instrumentalidade profissional do assistente social". Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, CFESS/ABEPSS-UNB, em 2000, foi revisado e atualizado em 2007. Disponível em www.cressmg.org.br/.../2007.05.19_plenaria5_yolandaguerra.doc – Similares. Acesso em 26 jan.2013
- IAMAMOTO, M. V. Dilemas e falsos dilemas no Serviço Social: a dimensão política da prática profissional. In: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. M. V. O debate contemporâneo do serviço social e ética profissional. In: Bonetti (org. et. al.) Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 9 ed. São Paulo: 2008b.
- NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012, n. 111.
- _____. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org.). Serviço social e saúde – Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde. 2006.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.
- SILVA, M. das G. e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SORIA, H. B. E. Resiliência: A capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2007.

VEIGA, J. E. da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Ed. Senac, 2010.